

PODER

Enquanto o ex-presidente passou o dia em silêncio, o filho fez transmissão nas redes sociais, desferindo palavras ameaçadoras

Eduardo ataca novamente

» DANANDRA ROCHA

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Em live, o filho zero três confrontou a PF e o STF, na pessoa do ministro Alexandre de Moraes

No mesmo dia em que expirou sua licença parlamentar, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) voltou a confrontar o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e a Polícia Federal, em uma transmissão ao vivo, ontem. No vídeo, ele acusou Moraes de abuso de autoridade, atacou os investigadores que atuam no inquérito em que é citado e afirmou que seu objetivo declarado é “tirar o ministro da Corte”. Eduardo também ironizou a atuação da Justiça brasileira e fez provocações diretas aos agentes federais, elevando o tom do embate institucional às vésperas de uma possível renúncia.

“Toda hora tem que expor o nível de várzea que é Moraes com uma caneta do STF. O ideal seria ele fora do STF. Trabalharei para isto também, tá, Moraes. Então quando a gente fala que o visto foi só o começo, é porque nosso objetivo será te tirar da Corte. Você não é digno de estar no topo do poder Judiciário. E eu estou disposto a me sacrificar para levar esta ação adiante”, disse o deputado licenciado em um dos momentos da transmissão.

O deputado insinuou possíveis retaliações pessoais a agentes envolvidos no inquérito e os chamou de “cachorrinho da Polícia Federal”. Ao ironizar o risco de novas falas suas serem incluídas nos autos, desafiou o ministro a investigar também aliados internacionais, como Donald Trump e o secretário de Estado norte-americano Marco Rubio, “coloca toda nossa quadrilha”

O mandato de Eduardo Bolsonaro (PL-SP), o deputado mais votado do país em 2018, está por um fio. A licença parlamentar acabou ontem, e ele mesmo já admitiu que não pretende retornar ao Brasil. “Por ora, eu não volto. A minha data para voltar é quando Alexandre de Moraes não tiver mais força para me prender”, disse.

Afastamento

Eduardo solicitou licença de 122 dias por motivos de saúde e 120 por motivos pessoais. O deputado já sinalizou que está disposto

a abrir “mão do mandato”. “Não preciso mais de um diploma de deputado”, afirmou, ao justificar o ‘trabalho’ que tem desenvolvido nos Estados Unidos desde março — uma atuação de bastidores que envolve articulações com figuras conservadoras e autoridades americanas contra o Supremo Tribunal Federal e, em especial, o ministro Alexandre de Moraes.

A situação se agravou após o nome de Eduardo ser incluído em um inquérito conduzido por Moraes, o mesmo que, na última sexta-feira, impôs medidas cautelares ao seu pai, Jair Bolsonaro,

incluindo o uso de tornozeleira eletrônica, proibição de contato com aliados — Eduardo, entre eles — e restrições de circulação.

Durante os quatro meses nos Estados Unidos, Eduardo Bolsonaro participou de eventos conservadores, reuniu-se com congressistas republicanos e fez lobby para que sanções fossem aplicadas contra autoridades brasileiras, como o ministro Moraes. Ele também atuou pela anistia de condenados pelos ataques golpistas de 8 de janeiro e se posicionou como uma voz internacional contra o que considera uma ‘perseguição política ao pai’.

» Férias suspensas

Em meio às manifestações do domingo, o deputado e líder do Partido Liberal, Sóstenes Cavalcante (RJ), publicou uma foto em seu story afirmando que estava a caminho de Brasília para receber os colegas parlamentares que voluntariamente vão interromper o recesso parlamentar para, segundo ele, “lutar pela democracia no Brasil”. A decisão afronta determinação dos presidentes da Câmara Hugo Motta (Republicanos-PB) e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que já haviam descartado o fim do recesso. Partidos da oposição haviam solicitado, na sexta-feira, o fim do recesso para discutir o que chamaram de “grave ameaça à democracia brasileira”.

Eduardo vem afirmando que no Brasil é vivida uma “ditadura comandada por Alexandre de Moraes”. O pai, em entrevista coletiva na última sexta-feira, endossou: “Meu filho está lutando pela liberdade. Se ele voltar, vai ter problemas.”

Reações

As declarações e ações do deputado provocaram reações imediatas de parlamentares da base governista e da oposição ouvidos pelo **Correio**. Para o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), a

permanência de Eduardo nos Estados Unidos e suas ações configuram “crime contra o país”. “Ele jurou defender a Constituição. O que está fazendo é lesa-pátria. Se continuar lá, Lula ganha no primeiro turno”, disse.

Mauro Benevides Filho (PDT-CE) chamou a atitude de Eduardo de “penalidade imposta ao Brasil” ao se referir à taxação anunciada por Donald Trump, que, em 9 de julho, publicou uma carta ao presidente Lula anunciando uma tarifa de 50% sobre produtos brasileiros, com vigência a partir do dia 1º de agosto. A medida foi embasada por Trump como resposta à “perseguição” contra Jair Bolsonaro e a supostas ações autoritárias do STF. Na avaliação de Benevides, embora Eduardo diga defender a liberdade, seus atos colaboram para isolar economicamente o Brasil.

A reportagem também ouviu vozes do campo conservador, que saíram em defesa do deputado e dizem que Eduardo está fazendo um “grande trabalho”. O Sargento Fa-hur (PSD - PR) afirmou que Eduardo está sofrendo por “ditadores disfarçados”. O deputado Cabo Gilberto (PL-PB) classificou a permanência de Eduardo como “exílio político”.

Com o fim da licença, Eduardo retorna automaticamente à função parlamentar, sem necessidade de aviso à Mesa. Como o Congresso está em recesso, ele ainda não acumula faltas. No entanto, a partir da reabertura dos trabalhos, em 4 de agosto, cada ausência em sessão plenária poderá ser registrada. Perderá o mandato se faltar um terço das sessões no ano.

Bolsonaristas fazem manifestações

» WAL LIMA

Aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) participaram, ontem, de manifestações em várias capitais brasileiras, em resposta às medidas cautelares impostas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). A mobilização, que tem como principal bandeira a “defesa da liberdade”, ocorre em um momento de intensificação do embate entre oposição e Judiciário e reacende os protestos populares liderados por parlamentares de direita. O evento ocorreu em São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Vila Velha (ES), Salvador (BA) e Curitiba (PR), além da capital federal. Não houve número oficial divulgado de quantas pessoas presentes.

As manifestações foram organizadas após a operação da Polícia Federal na casa de Bolsonaro e na sede do Partido Liberal (PL). Moraes determinou que o ex-presidente utilizasse tornozeleira eletrônica, entregasse seu passaporte, não mantivesse contato com outros investigados — incluindo seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) — e se abstinisse de comparecer a embaixadas. As medidas fazem parte do inquérito que investiga uma suposta tentativa de golpe de Estado em 2022, e foram justificadas pelo risco de fuga e de obstrução de Justiça.

As medidas contra Bolsonaro provocaram reação imediata de lideranças políticas da oposição. Parlamentares do PL e de partidos aliados criticaram duramente a decisão, classificando-a como “autoritária”, “excessiva” e

“sem base jurídica”. Em nota oficial, líderes oposicionistas afirmaram que a resposta à decisão judicial deveria ser popular: “O povo deve voltar às ruas para exigir respeito à Constituição, à liberdade e à democracia”.

O deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), líder do PL na Câmara, foi um dos primeiros a convocar a população para os atos. “Brasil nas ruas já! O Brasil vai parar!”, escreveu em suas redes sociais, em tom de urgência. A deputada Bia Kicis (PL-DF), vice-líder da Minoria na Casa, também reforçou a mobilização, chamando os apoiadores para a “Caminhada pela Liberdade”, marcada para as 10h deste domingo em Brasília. Ela orientou que os manifestantes comparecessem vestindo verde e amarelo — cores frequentemente associadas aos

protestos bolsonaristas.

Segundo parlamentares da oposição, as medidas representam uma “antecipação de pena” e são vistas como um obstáculo direto à organização política do ex-presidente, que ainda é tratado como liderança central da direita no país, mesmo após ter sido declarado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Há também o entendimento, por parte dos aliados, de que as restrições visam minar as articulações de Bolsonaro com atores internacionais, especialmente no campo conservador.

A mobilização também conta com o respaldo de figuras do meio jurídico. O desembargador aposentado Sebastião Coelho, que ganhou notoriedade ao criticar abertamente decisões do STF, declarou apoio aos protestos. Filiado

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Em Brasília, apoiadores foram ao condomínio onde mora Bolsonaro.

recentemente ao partido Novo com pretensão de disputar uma vaga no Senado em 2026, Coelho afirmou que “é hora de lutar pelo que resta de liberdade contra o arbítrio instalado no país”. Ele também condenou o uso de tornozeleira eletrônica em Bolsonaro:

“Colocar uma tornozeleira em um ex-presidente sem qualquer condenação é um absurdo”.

O pastor Silas Malafaia — um dos principais líderes evangélicos próximos ao ex-presidente — anunciou a criação do “Movimento Reaja Brasil”.



SERGIO ABRANCHES

“SÓ SE FOR UM CONGRESSO PUSILÂNIME PARA APROVAR UMA MEDIDA DESSAS COM A ESPADA ESTRANGEIRA NO PESCOÇO”

O congresso disfuncional e a chantagem de Trump

O Congresso se mostrou novamente disfuncional para a sociedade ao aprovar o desmonte do sistema de proteção ambiental, em PL inconstitucional, e desvio de R\$ 30 bilhões do fundo social para anistiar produtores rurais inadimplentes. Tudo no contexto da crise com os Estados Unidos que ameaça a soberania nacional e é danosa à economia brasileira. O desmonte é uma insensatez. Enfraquece o país no plano global e ameaça o futuro. O gasto é hipocrisia, aumenta gasto pouco depois de tentar anular o decreto do IOF alegando que desejava corte de despesas e não aumento de impostos.

O contexto não poderia ser pior. Donald Trump impôs sanções comerciais ao Brasil para forçar o Executivo a intervir no inquérito contra Jair Bolsonaro por tentativa de golpe, no

Supremo Tribunal Federal. É intervenção política de nação estrangeira para subverter a ordem democrática do país, estimulada pelo ex-presidente e seu filho, deputado federal. Trump é um imperialista no estilo dos anos 1950-1960. A sanção imposta ao Brasil como ameaça é chantagem de um governante autoritário que já demonstrou desprezo pela lei e pelo Judiciário do país dele. Uma chantagem política que fere o direito internacional, paralisa a diplomacia e rasga as normas de relacionamento entre chefes de governo e Estado. Põe em alerta todo o mundo democrático.

Bolsonaro, pelo que disse em público, não é só o beneficiário da chantagem. Ele e o filho são agentes dela. Por isso diz que basta votar a anistia para as novas tarifas não serem aplica-

das. Só se for um Congresso pusilânime para aprovar uma medida dessas com a espada estrangeira no pescoço. Bolsonaro trata a sanção como dele também. Esse lado familiar, em inteiro acordo com a mentalidade golpista, já está na pauta da Polícia Federal, do Ministério Público e do STF, pela prática de novos crimes.

Como já se sabe, Trump, na sua arrogância imperialista e supremacista, considera-se todo-poderoso. Mas é apenas ignorante. Daí ele perguntar, condescendente, ao presidente da Libéria onde aprendeu inglês, língua oficial do país africano. Está cercado de ignorantes. O secretário de Estado, Marco Rubio, chefe da diplomacia de Trump, não sabia dizer onde exatamente ficava o Irã, nem se era um país árabe ou persa, embora defendesse o ataque americano a Teerã. São perigosos, atiram sem saber exatamente em quem e sem conhecer o alvo. Do gabinete de Donald Trump não se deve esperar sensatez ou sabedoria.

O presidente Lula sabe que a atitude de Trump é abusiva mas, como

chefe de Estado, tem que avaliar os interesses do país sem, evidentemente, abrir mão da soberania posta em xeque pelo mandatário estrangeiro. Fez bem em convocar os empresários dos setores mais vulneráveis para discutir a estratégia. Ao mesmo tempo, corretamente, regulamentou a Lei de Reciprocidade Comercial, como última instância de preservação da independência nacional. É importante ter esse recurso de última instância porque pode-se sempre esperar de Trump decisões destemperadas e erráticas. O presidente americano é um trator desgovernado desmantelando as relações do país com seus aliados e gerando riscos geopolíticos em série.

O governador de São Paulo, um dos estados mais vulneráveis à sanção, mostrou-se político neófito. Agiu como amador, mudou de rumo várias vezes, sempre guiado por raciocínios políticos primários. Desde quando vestiu o boné da campanha alheia, mostrou precário entendimento do papel de um político que deseja se projetar no plano nacional. O boné

tem gravado o codinome do retorno ao mandonismo americano no mundo. Faltou-lhe visão e habilidade política para se comportar no tabuleiro geopolítico. O despreparo aparece nos momentos de grande risco. Se a ação irracional de um governante poderoso atinge a soberania nacional, a economia brasileira e o comércio, é preciso noção estratégica, capacidade de articulação e senso político. Tarcísio agiu para desunir em momento de união.

O presidente Lula tem experiência internacional, sabia precisar de uma coalizão empresarial Brasil-Estados Unidos para tentar que Trump recue. Há muitas empresas nos EUA que dependem do comércio com o Brasil e muitas mais que serão prejudicadas se o Brasil, sem alternativa, recorrer à reciprocidade como recurso de última instância. Lula quer negociar relações comerciais, políticas, jamais. Há segmentos em que dá para baixar tarifas, tendo contrapartidas americanas em outros setores. É o caminho para não usar a reciprocidade como resposta.